



PLANTIOS E COLHEITAS DO NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISA E EXTENSÃO EM AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ – GO

Mariza Souza Dias
Universidade Federal de Jataí

Hildeu Ferreira Assunção
Universidade Federal de Jataí

Resumo

O Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Agricultura Familiar Camponesa (NEAAF) da Universidade Federal de Jataí (UFJ) é resultado da articulação entre a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, instituída no Brasil a partir de 2003, e as instituições de ensino, pesquisa e extensão públicas do país. Tal articulação tinha como estratégia de ação o financiamento, por parte de vários Ministérios, de projetos de pesquisa e extensão a serem executados nestas instituições com o objetivo de formar e qualificar profissionais e camponeses para a transição agroecológica. O NEAAF foi instituído em 2008 justamente a partir da aprovação de um projeto e em 11 anos de existência executou 8 projetos que foram desenvolvidos nos nove municípios do Território Rural de Identidade Parque das Emas, microrregião Sudoeste de Goiás. Todos os projetos desenvolvidos no NEAAF tiveram como princípio a extensão dialógica, sendo indissociável do ensino e da pesquisa e, como base teórica, metodológica e prática os princípios da Agroecologia e a autonomia da classe camponesa. Neste artigo apresenta-se breves e importantes resultados do Núcleo para a formação profissional, para a produção científica referente à política pública, extensão e agroecologia. Todavia, para promover a transição agroecológica, usando como ferramenta a extensão universitária, ainda requer uma postura institucional, compromisso e um profissionalismo da parte do corpo de estudantes, professores, técnicos, consultores, extensionistas e dirigentes que tenham por foco e finalidade o fortalecimento da autonomia das famílias camponesas.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Camponeses. Agroecologia. Política Pública.

PLANTAS Y COSECHA DEL CENTRO DE ESTUDIO, INVESTIGACIÓN Y EXTENSIÓN EN AGROECOLOGÍA Y AGRICULTURA FAMILIAR CAMPESINA EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE JATAÍ - GO

Resumen

El Centro de Estudios, Investigación y Extensión en Agroecología y Agricultura Familiar Campesina (NEAAF) de la Universidad Federal de Jataí (UFJ) es el resultado de la articulación entre la nueva Política Nacional de Asistencia Técnica y Extensión Rural, instituida en Brasil desde 2003, y instituciones públicas de educación, investigación y extensión en el país. Dicha articulación tuvo como estrategia de acción la financiación, por parte de varios Ministerios, de proyectos de investigación y extensión que se llevarán a cabo en estas instituciones con el objetivo de capacitar y capacitar a profesionales y campesinos para la transición agroecológica. El NEAAF se estableció en 2008 precisamente después de la aprobación de un proyecto y en 11 años de existencia ha ejecutado 8 proyectos que se desarrollaron en los nueve municipios del Territorio Rural de Identidad Parque das Emas, microrregión del suroeste de Goiás. Todos los proyectos desarrollados en NEAAF habían tenido como principio la extensión dialógica, siendo inseparable de la enseñanza y la investigación y, como base teórica, metodológica y práctica, los principios de la agroecología y la autonomía de la clase campesina. Este artículo presenta resultados breves e importantes del Centro de formación profesional, para la producción científica relacionada con políticas públicas, extensión y agroecología. Sin embargo, para promover la transición agroecológica, utilizando la extensión universitaria como herramienta, aún requiere una postura institucional, compromiso y profesionalismo por parte del cuerpo de estudiantes, maestros, técnicos, consultores, extensionistas y gerentes cuyo enfoque y propósito es fortalecer la autonomía de las familias campesinas.

Palabras clave: Extensión universitaria. Campesinos. Agroecología. Política Pública.

INTRODUÇÃO

A partir de 2003, com a reestruturação do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi instituída no Brasil uma nova estratégia de desenvolvimento rural, a qual incluiu nas políticas públicas a perspectiva do desenvolvimento territorial, da sustentabilidade tanto econômica, como social e ambiental do campo rural, buscando revelar ao país a importância da agricultura familiar e do acesso à terra para a diminuição da pobreza no campo (BRASIL, 2008).

Para cumprir tal objetivo, desde 2004 as Universidades e Institutos Federais, bem como outras instituições de ensino e pesquisa públicas, foram incluídas no

processo de desenvolvimento desta política. A estratégia utilizada pelo Governo Federal foi a disponibilização de editais financiados por vários Ministérios, os quais foram articulados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Estes editais tinham por objetivo fornecer recursos físicos e humanos para o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão que proporcionassem a formação de profissionais e assessores para atuarem e construir conhecimento entre os camponeses, numa proposta de produção do meio rural a partir da Agroecologia, da Produção Orgânica e de Desenvolvimento Territorial, a fim de executar esta nova proposta de desenvolvimento territorial multidimensional.

Esses objetivos são bem evidentes nos documentos que compõem o Programa de Desenvolvimento Territorial Rural, o PRONAT, ou na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, a PNATER, ambos iniciados em 2004. Vale dizer que os editais forneciam além do recurso, o roteiro de atuação, indicando o público alvo, objetivos, metas e resultados esperados. Ou seja, os editais e, por consequência, os projetos foram e são meios utilizados como estratégias de implantação dos programas e das políticas.

Conforme a pesquisa de doutorado da primeira autora, ainda em andamento, entre 2004 a 2016 foram aprovados e implementados via CNPq, 1.798 projetos de pesquisa ou extensão em todo o Brasil, que tinham como tema ou público alvo a Classe Camponesa Brasileira. As instituições de ensino e pesquisa em Goiás executaram 61 destes projetos de pesquisa e/ou extensão.

O Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Agricultura Familiar Camponesa (NEAAF) da Universidade Federal de Jataí (UFJ) é resultado da implementação de um destes projetos aprovados em 2008. O NEAAF aprovou e executou 8 projetos entre os anos 2008 a 2017 que foram desenvolvidos nos nove municípios do Território Rural de Identidade Parque das Emas, microrregião Sudoeste de Goiás. Todos os projetos tiveram como princípio a extensão como tripé da educação superior e como base teórica, metodológica e prática os princípios da Agroecologia e a autonomia da classe camponesa.

Neste artigo apresenta-se breves e importantes resultados do Núcleo para a formação profissional e para a produção científica referente à política pública, extensão e agroecologia, bem como ações que proporcionaram autonomia camponesa.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AGROECOLOGIA

A definição de Extensão Universitária atual foi cunhada em 1987 no primeiro Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPOREX), em pleno momento de redemocratização do país, de efervescência dos movimento sociais em luta pela participação nas decisões políticas e é baseada nos princípios Freirianos (1983) da necessidade da pedagogia que gerasse autonomia e da crítica do termo extensão. Logo, a extensão, como

práxis, carrega o movimento histórico em sua definição e propõe a transformação social a partir da conexão dos saberes populares e conhecimentos acadêmicos.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/ prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 2012, p. 15).

Como processo histórico, a extensão universitária no Brasil passou por momentos de transições até se consolidar como dimensão indispensável e legítima no processo educativo do ensino superior. Conforme Paula (2013), a extensão universitária se inicia no Brasil em 1911 na antiga Universidade de São Paulo reproduzindo o sistema europeu de extensão na educação para classes populares e na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, seguindo o modelo estadunidense de prestações de serviços para o campo, a partir da década de 1920, que seguiu até o final dos anos 1950 e início da década de 1960.

Sob o regime de ditadura militar, a extensão continua com caráter assistencialista e de prestação de serviços e sem perspectiva crítica. A criação em 1966 do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), do Projeto Rondon em 1967 e da promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/1968), a qual estabeleceu que as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, demonstram o caráter de transferência de conhecimento promovido no período.

Somente em 1974 com a criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE) no Ministério da Educação (MEC), a partir da criação do Plano de Trabalho de Extensão Universitária, sob a influência das ideias de Freire (1983) e do questionamento à visão assistencialista das ações extensionistas, é que a Extensão foi definida como ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com sentido de retroalimentação e troca de saberes

acadêmico e popular. Nessa perspectiva, as camadas populares deixaram de ser o objeto para se tornarem o sujeito da ação extensionista, denotando, assim, avanços significativos em relação à noção de Extensão Universitária construída na década anterior (NOGUEIRA, 2005).

Paula (2013), aponta a importância do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), realizado em 1987, o qual foi o afirmador do caráter indeclinável da extensão universitária para a plena realização dos objetivos centrais da universidade e da própria conceituação da extensão. O Fórum foi o responsável para que a extensão fosse incorporada na Constituição Federal, efetivando-a como parte do tripé indissociável da educação superior: ensino, pesquisa e extensão. Conforme consta no artigo 207 da Constituição Federal “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, art. 207).

Em resposta ao mandamento constitucional de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 1996, estabelece a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade e institui a possibilidade de apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo (BRASIL, 1996, art. 43).

O primeiro apoio financeiro à Extensão foi o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), que formalizou conceitos importantes e inaugurou o financiamento das ações extensionistas, em 1993, mas precocemente em 1995 foi interrompido e retomado apenas em 2003, sob a denominação Programa de Extensão Universitária (PROEXT) (FORPROEX, 2012).

A LDB concedeu extrema importância às atividades extensionistas e a destinação, feita pelo Plano Nacional de Educação de 2001-2010, de 10% da creditação curricular à essas atividades. Entretanto, a normatização ocorreu quase 20 anos depois, em 2018, com a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, a qual estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, mais conhecida como curricularização da Extensão (MEC, 2018). Atualmente, as Pró-Reitorias de Extensão, os Núcleos Docentes Estruturantes e as professoras e professores de todas as Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior do país estão trabalhando em como incluir estes 10% de ações de extensão na grade curricular de todos os cursos de graduação.

Espera-se que esta seja uma evolução para a Extensão Universitária e para a comunidade não acadêmica, mesmo sabendo do ranço conservador e elitista, presente nas estruturas de algumas Universidades ou departamentos acadêmicos e a falta de recursos financeiros e organizacionais, entre outros problemas, que têm colocado limites importantes para a implantação e implementação desses estatutos legais no âmbito das Universidades Públicas.

Especialmente para os sujeitos do campo, a Extensão Universitária foi e é uma constante no território. Ela começou com a prestação de serviços e transferência de conhecimento por universidades como Viçosa e Lavras e logo depois a revolução verde inseriu e firmou seus códigos produtivistas e industriais agrícolas

e pecuários na grade curricular e nas ações de extensão dos cursos de graduação de ciências agrárias.

Em 2003, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal que contava com a presença dos movimentos sociais na gestão e, mundialmente, a cobrança dos organismos mundiais, desde o final do século XX, para a necessidade de um desenvolvimento que fosse “sustentável”, impôs ao governo a necessidade de criar políticas que superassem os estilos convencionais de desenvolvimento, recomendando o rompimento com o modelo extensionista baseado na transferência dos pacotes tecnológicos. Esse rompimento chega às Universidades por meio, especialmente, do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), criado em 2005.

Esse movimento inicia institucionalmente com a reestruturação do MDA e criação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) na Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) que, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), assumiram estratégias de desenvolvimento sustentável que determinariam a necessidade de implantação de uma renovada política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER), culminando na Nova PNATER ainda em 2003.

A nova PNATER tem por princípios o desenvolvimento rural sustentável a partir da Agroecologia, a geração de renda e a criação de novos postos de trabalho afim de diminuir a pobreza rural e desenvolver a Agricultura Familiar brasileira, privilegiando o potencial endógeno de cada comunidade e territórios (BRASIL, 2008). Para tal, as ações da PNATER deveriam estar em consonância com outras Políticas e Programas implementados pelo Governo Federal, como por exemplo, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

Por exemplo, no documento da Nova PNATER (2008) está posto que as estratégias de ações deveriam adotar o planejamento com base no território rural, presente no Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial (PRONAT); incorporar os princípios da Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PNSAN); ter como base a Agroecologia, institucionalizada posteriormente no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO); considerar especificidades de raça, gênero, etnias, geração e diferenças culturais que envolveriam ações e programas do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Educação (MEC), o Ministérios de Ciências e Tecnologia (MINC), etc.

Entretanto, cabe aqui uma crítica. A nova PNATER não abre a discussão sobre a questão agrária e tão pouco sobre os problemas que a concentração de terras e de riqueza causa aos camponeses, como se esses fossem problemas superados. Por mais que a integração das políticas tenha possibilitado maior controle e uso do recurso público por setores antes esquecidos pelo Estado, é preciso dizer que o desenvolvimento proposto continua sendo o do capitalismo e todas as agruras que dele decorre. Mas como a Nova PNATER atinge a Extensão Universitária?

Para executar as ações de Ater direcionadas pela Nova PNATER, a qual tem como base os princípios Agroecológicos, a Pedagogia da Alternância, as Metodologias Participativas e a dialogicidade era preciso formar os técnicos extensionistas que

já atavam com as famílias camponesas, assim como novos técnicos, fazer pesquisas e qualificar metodologias.

Conforme Moura (2017), foi na região Sul do país que algumas instituições governamentais e não governamentais de ensino, pesquisa e extensão formalizaram uma agenda de cooperação e parceria inédita e criaram, ainda em 1994, o Programa de Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Integravam essa parceria a Embrapa, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater/RS), a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Sul (Fepagro/RS), a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a Rede Tecnologia Alternativa (TA)-Sul e o Programa de Cooperação em Agroecologia.

Sevilla-Guzmán (2006) conceitua a agroecologia como o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva, que apresenta alternativa para a atual crise civilizatória. Sua estratégia, de natureza sistêmica, considera a participação dos agricultores, a organização comunitária e a relação das sociedades rurais articuladas em nível local. Ainda segundo esse autor, os sistemas de conhecimento (local, camponês e/ou indígena) são portadores de potencial endógeno, que permite potencializar a biodiversidade ecológica e sociocultural.

Em relação ao ensino, conforme Moura (2017), especialmente nas ciências agrárias, foram os estudantes especialmente de agronomia, e alguns educadores que, organizados nos centros acadêmicos e em articulação com a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), os primeiros a levantar o debate e conduzir várias iniciativas sobre a inserção da agroecologia na educação formal desde os anos 1980.

Também foram surgindo espaços para interação de temas relacionados à agroecologia no campo tecnológico e científico no Brasil. Os primeiros foram os seminários estaduais e internacionais de agroecologia, realizados no Rio Grande do Sul; depois vieram, a partir de 2003, os Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBAs); foi criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) que faz parte da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), (MOURA, 2017).

Após os anos 2003, têm surgido nas instituições de ensino formal cursos constituídos a partir da crítica ao enfoque tecnicista, que se aproximam da agroecologia ou mesmo com enfoque agroecológico. Foram criados entre 2003 e 2014 136 cursos de Agroecologia ou com enfoque Agroecologia no Brasil, a maioria nos Institutos Federais de Ensino do país (MOURA, 2017).

O Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária (PRONERA) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) também foi um programa que tem contribuído para a aproximação da educação do campo com os pressupostos da agroecologia, com vistas a promover a consolidação dos assentamentos com base na agroecologia e na soberania alimentar (AGUIAR, 2010).

Francisco Roberto Caporal, Diretor Técnico da EMATER-RS, de 1999 a 2002, Diretor Substituto do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) e Coordenador Geral de Ater e Educação, no mesmo Departamento da

Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de 2004 a 2010, e atualmente professor na Universidade Federal Rural de Pernambuco, foi um dos maiores responsáveis pela inserção da Extensão Agroecológica nas Universidades e nas agências/empresas de extensão rural públicas do país. As experiências da Emater do RS em transição agroecológica, programas de compra direta da agricultura familiar influenciaram as ações nacionais propostas na PNATER.

Para tal, foi disponibilizado às Instituições Públicas de Ensino e Pesquisa Editais com recursos financeiros para que a execução de pesquisas, formação e extensão, assim como a criação de Cursos de Agroecologia nas Instituições de Ensino Técnico e a criação do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA) que disponibilizou turmas de graduação e pós-graduação específicas para assentadas e Assentados da Programa Nacional da Reforma Agrária. Conforme Diniz (2018) em 2014 o país contava com 136 cursos de Agroecologia

Diniz (2018) em sua pesquisa demonstra que os recursos orçamentários transferidos pelo MDA às entidades parceiras nos estados brasileiros (estatais e não-estatais) no período 2003-2014, foram um montante de R\$ 2.021.508.736,11 às ações de ATER no país. Conforme os dados, os recursos passaram de 21,82 milhões em 2003 a 336,28 em 2014, um aumento de quase 1.500% em investimentos anuais (DINIZ, 2018).

Já os editais tinham como financiadores os Ministérios e Secretarias, estavam sob gerenciamento do CNPq e deveriam ser executados pelas instituições. Entretanto, a maioria dos professores que submetiam propostas aos editais não atuavam com a Agroecologia e nem com a Pedagogia Freiriana, especialmente os da Universidade Federal de Jataí, que são analisados neste artigo.

Conforme Silva, Cavalcanti e Pedroso (2015) os editais devem promover projetos de inovação tecnológica voltados ao desenvolvimento de tecnologias adaptadas às necessidades dos agricultores familiares, que forneçam opções econômicas e sociais para a geração de renda para as famílias beneficiadas, contribuindo para sua inclusão social e melhor qualidade de vida.

Os projetos aqui analisados deveriam ser destinados às famílias camponesas que, ao se orientarem pelo modo de vida camponês na busca pela apropriação da terra e da sua reprodução na mesma, transcendem a homogeneização preconizada pelo Estado e pelo capital no processo de desenvolvimento simplesmente econômico. Dessa forma, os projetos deveriam ultrapassar o debate e as proposições instrumentalistas de caráter puramente econômico, admitindo que as condições de produção de vida destas famílias envolvidas com a agricultura são heterogêneas.

Para Shanin (2005), os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não-camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla. Para este autor, o julgamento de um conceito deve ser feito nas utilizações no trabalho cotidiano de pesquisa e de programas e nas ações e políticas reais, contribuindo para definir as dimensões da opressão do homem pelo homem e os caminhos da luta para combatê-las.

A partir do entendimento de Oliveira (2005), no qual o campesinato é uma classe social fruto da contradição inerente do capitalismo, mas com autonomia relativa por conta da sua capacidade de trabalho e manutenção das propriedades e dos meios de produção, os projetos que foram implementados sofreram ajustes e reajustes em seus andamentos. Todavia, é preciso dizer que essas adequações ensinaram mais às equipes de pesquisadores e estudantes do que causaram transtornos.

Em levantamento realizado nas chamadas públicas dos Editais do CNPq, entre os anos 2004 a 2016, foram encontrados 32 editais que tinham como potencial público a classe camponesa e como princípios a Agroecologia, somando um total de R\$ 410.622.223,03, divididos em 1.798 projetos executados por instituições de ensino superior e de pesquisas públicas. As instituições de ensino e pesquisa em Goiás executaram apenas 61 projetos de pesquisa e/ou extensão.

É preciso apontar as críticas aos projetos, pois mesmo com a disponibilização de recursos e a possibilidade de qualificação profissional em Agroecologia para os estudantes, professores e camponeses, há muitas disparidades na própria concepção dos editais e seu cunho pedagógico. A começar pela proposição de editais que requerem apresentação de metodologias específicas, resultados esperados e prazos que não combinam com a realidade da agricultura camponesa, especialmente da transição agroecológica.

Foram analisados os projetos e relatórios dos 8 projetos de extensão realizados pelo NEAF, entre os anos de 2008 a 2017. A partir dos relatórios foram identificados público alvo atingido, quantidade de bolsistas e pesquisadores/extensionistas envolvidos, metodologias aplicadas, resultados e metas alcançadas, aprimoramento do potencial humano e físico da UFJ.

PODERES E SABERES PROPORCIONADO PELO NEAAF DA UFJ

O NEAAF da UFJ, surge primeiro como NEAF da Regional Jataí da Universidade Federal de Goiás. O Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar (NEAF) se tornou um Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) em 2014 e incorporou na sua descrição a palavra Camponesa em 2019, no mesmo ano que a Regional Jataí foi federalizada e se tornou a Universidade Federal de Jataí.

O Núcleo foi formado por professores das áreas da Geografia, Agronomia, Medicina Veterinária, Educação Física, Pedagogia e Zootecnia, ou seja, de forma multidisciplinar, com pretensão de atingir os objetivos da extensão baseados nos 5 “is”: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social (NOGUEIRA, 2005).

Ele foi instituído com o objetivo de dar suporte institucional ao primeiro projeto aprovado no Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN - Nº 36/2007 nomeado “Reaplicação, reprodução e disseminação de sementes de milho crioulo e implantação de um banco de sementes: estratégia para autonomia de agricultores familiares em Jataí (GO)”, financiado no valor aproximado de R\$ 360.000,00. Este recurso nunca antes fora direcionado a um projeto de extensão dentro da UFG.

O projeto de “Resgate do Milho Crioulo” proporcionou a implantação de um Banco de Sementes de Milho Crioulo Banco no Acampamento Padre Josimo e um no Assentamento Terra e Liberdade, no município de Jataí. Com os bancos foi possível atender a 230 famílias, melhorando a alimentação e a renda das famílias agricultoras. Com estas sementes as famílias produziram milho para silagem, para comercializar no Programa de Aquisição de Alimentos e consumiram como alimento da família e dos animais. O projeto proporcionou 3 dissertações de mestrado, 2 capítulos de livro e 5 artigos em revistas científicas. Das 6 bolsistas graduadas que participaram deste projeto, atualmente 4 são doutoras e uma é professora efetiva na Universidade Federal de Uberlândia, na área da Extensão Rural.

Em 2009, foi aprovado o Projeto “Orientação e Instrumentalização de jovens rurais para atuarem como agentes multiplicadores na organização sócio produtiva de seus Assentamentos”, financiado pelo edital 023/2008 (MCT/CNPq/CT- 36 AGRONEGÓCIO/MDA) - Programa Intervivência Universitária. Este Projeto foi realizado a partir de oficina de orientações a 40 jovens de 6 assentamentos dos municípios de Perolândia e Jataí em atividades sociais, organizacionais e agroecológicas, os quais se tornaram multiplicadores nos seus Assentamentos. Neste projeto, 2 bolsistas foram aprovadas no mestrado em Geografia da UFG-Regional de Jataí, e foram publicados 2 artigos em revistas científicas.

Em 2010 foram aprovados dois projetos com o tema “Implementação de processos agroecológicos e redesenho de agrossistemas em unidades produtivas no sudoeste de Goiás” financiados pelo edital MCT/AÇÃO TRANSVERSAL (lei nº 11.540, de 2007)/CNPq nº 29/2009. As atividades nestes projetos resultaram em assessoria técnica para readequações agroecológicas em dez sítios no Assentamento Santa Rita em Jataí, que culminou na implantação de ambientes protegidos para o cultivo de hortaliças sem agrotóxicos. Foram publicados 3 artigos em revistas científicas e duas dissertações.

O Projeto de pesquisa, de desenvolvimento e de extensão de tecnologias sociais voltadas à agroecologia, intitulado “Implantação de processos agroecológicos e redesenho de agroecossistemas em unidades produtivas no Sudoeste de Goiás” - Edital MCT/AÇÃO TRANSVERSAL (Lei nº 11.540, de 2007)/CNPq nº 29/2009, com ênfase em processos de implementação para produção, processo nº 557620/2009-0 - cognominado de “Sistema de Produção Agroecológica” teve início em dezembro de 2009 e se estendeu até dezembro de 2011.

O projeto em dois anos de atividades buscou contribuir com a agricultura familiar, impactando o Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Santa Rita no município de Jataí. Dentre os seus grandes desafios citam-se: a capacitação técnica e conscientização do trabalhador para o processo de transição agroecológica; a valorização do conhecimento agroecológico dos agricultores e o fortalecimento da agricultura familiar, mediante ações voltadas para as atividades principais da família agricultora, como a produção de leite e a produção de hortaliças tendo como norteadores o planejamento de uso das unidades produtivas e o redesenho do agroecossistema.

Neste contexto, apesar do curto espaço de tempo para se implantar e estabilizar um processo de transição, as avaliações do projeto “Sistema de Produção Agroecológica” detectou efeitos significativos na qualidade socioeconômica dos assentados, principalmente no que tange aos fatores econômicos, tecnológicos e sociais.

No ano de 2010 foi aprovado no Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/Dater Nº 033/2009 o projeto “Diversificação, manutenção e gerenciamento do banco de sementes crioulas como estratégia de ampliação da produção de alimentos e de biodiesel pelos agricultores familiares do sudoeste de Goiás”, sob coordenação do Prof. Hildeu Ferreira da Assunção.

Neste projeto foram desenvolvidas ações de experimentações local e regional com sementes crioulas, para a validação e de disponibilização dessas tecnologias para agricultores familiares. Envolvendo a participação dos agricultores familiares e sustentabilidade de seus sistemas de produção.

Considerando o caráter multi e interdisciplinar da equipe, a metodologia foi desenvolvida em quatro fases distintas e interdependentes, girando em torno do banco de sementes e do agricultor familiar, ordenadas da seguinte maneira: fase de resgate, fase experimental, fase de gerenciamento e manutenção, fase de capacitação e assessoria técnica.

Foram resgatadas sementes crioulas de diversas culturas entre comunidades indígenas, comunidades tradicionais, assentamentos, banco de germoplasmas e com particulares e em feiras de agricultores familiares. Essas sementes foram armazenadas no banco de sementes para posterior pesquisa de adaptabilidade. Foram resgatadas sementes crioulas no Norte e no Sudeste de Goiás, Oeste da Bahia, Tocantins, Norte de Minas Gerais, Comunidades tradicionais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, no e Norte do Mato Grosso e no Nordeste.

Foram resgatadas 10 variedades de leguminosas, conhecidas como adubos verdes, 15 variedades de amendoim, 2 variedades de arroz, 34 variedades de fava, 98 variedades de feijão comum, 30 variedades de feijão-caupi, 15 variedades de gergelim, 67 variedades de milho, 6 variedades de batata-doce e 3 variedades de mandioca.

O banco de sementes, gerenciado pelo NEAF/UFG, disponibilizou as sementes aos agricultores familiares, na forma de empréstimo, que após as colheitas devolveram ao banco, o dobro das sementes emprestadas.

No intuito de melhorar e ampliar as trocas e empréstimo das sementes foi o desenvolvimento de um sistema de gerenciamento do banco de sementes para facilitar a permuta entre o NEAF e os agricultores de todo o país. O sistema permite cadastrar as sementes com imagem para visualização, também faz o controle de estoque, bem como o cadastro de usuários, com status de reserva e pendência quanto à permuta e empréstimo.

O sistema foi desenvolvido em Personal Home Page – PHP, integrado ao sistema gerenciador de banco de dados MYSQL, utilizando linguagem SQL (Structured Query Language), gera um completo ambiente para o desenvolvimento de

aplicação. PHP e MYSQL. Por ser uma tecnologia muito utilizada, se encontram em constante atualização, com a criação de novas bibliotecas e módulos.

Em 2014 foi aprovado o projeto “Centro Integrado de Agroecologia para treinamento, experimentação, validação e disponibilização participativa de tecnologias apropriadas à Agricultura Familiar” executado de 2014 a 2016, aprovado na Chamada Nº 81/2013 - MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq.

A partir deste projeto foi implementado uma área de 4,5 hectares na Regional Jataí da Universidade Federal de Goiás, onde são realizados experimentos e cursos de extensão de técnicas agroecológicas. Este projeto proporcionou campo de estudo para 2 dissertações de mestrado, além de 12 bolsista entre o início e fim das atividades.

Já o projeto de extensão “Constituição do Núcleo De Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural Parque das Emas na Universidade Federal de Goiás”, executado entre 2015 e 2017, foi aprovado na Chamada CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014. A partir deste projeto, chamado NEDET, estabeleceu-se que o Território Rural de Identidade Parque das Emas a área de atuação do NEAF, abrangendo 9 municípios da microrregião Sudoeste de Goiás, a saber: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Chapadão do Céu, Jataí, Mineiros, Perolândia, Portelândia, Santa Rita do Araguaia e Serranópolis.

A partir do projeto foi implementado o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Território; 3 Superintendências de Agricultura Familiar no municípios de Serranópolis, Perolândia e Santa Rita do Araguaia; na efetivação do Encontro Agroecológico e na Feira da Agricultura Familiar anualmente do Território; nos Projetos de desenvolvimento nos municípios de Serranópolis e Perolândia com a UFG-Regional Jataí; na construção de canais institucionais e privados de comercialização direta dos alimentos camponeses; na certificação de 3 produtores orgânicos e no processo de Indicação Geográfica do “Queijo Cabacinha do Araguaia”.

A equipe do projeto, a partir do conhecimento específico de planejamento e de metodologias participativas, atuou junto aos camponeses e instituições direcionando o desenvolvimento rural do Território, a partir dos princípios Freirianos e da Agroecologia. Este projeto proporcionou bolsa à coordenadora, a 4 estagiários e 3 estudantes, além de 1 pesquisa de mestrado e 1 de doutorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O NEAAF atuou e continua atuando por meio de projetos com as famílias Camponesas, usando como proposta metodológica a inclusão e participação de todos os sujeitos no processo, perpassando a valorização dos saberes, as quais permitiram implementar atividades práticas e pedagógicas que proporcionaram aos camponeses o enfrentamento à apropriação da renda de sua produção pelo capital, ao mesmo tempo em que resgatava/construía conhecimentos com os camponeses. Esta prática educativa e metodologia participativa geraram efeitos na formação de profissionais, na produção científica e no conhecimento do público envolvido.

Para fazer extensão significativa a partir do diálogo e da comunicação, superando a transferência dos pacotes tecnológicos e a lógica dos cursos treinamentos, é preciso conhecer e se relacionar com os sujeitos dos projetos e que estes se engajem na construção da ideia dos projetos, o que quase nunca acontece. Os projetos proporcionam aproximação e conhecimento entre as comunidades acadêmica e não acadêmica, do que propriamente os resultados das ações propostas.

Para além das relações de proximidade e confiança entre a Classe Camponesa e os professores, o processo de formação e conhecimento em agroecologia e a possibilidade de formar profissionais, conhecer, qualificar e executar metodologias participativas foram essenciais para estabelecer o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Agricultura Familiar Camponesa como centro de referência em transição agroecológica na microrregião Sudoeste de Goiás.

Da mesma forma, a Universidade (professores, técnicos e estudantes) é convocada a atuar nos projetos a partir da “qualificação” de metodologias participativas, sendo que esta metodologia sempre foi incipiente na pesquisa e ação universitária. Dessa forma, camponeses tornaram-se sujeitos de pesquisas e de ações de extensão de projetos pré-elaborados, por vezes totalmente alheios às suas reais demandas. Logo, esta relação é conflituosa.

Diante desse panorama, para promover o desenvolvimento rural sustentável por meio da transição agroecológica, usando como ferramenta a extensão universitária, requererá uma postura institucional, compromisso e um profissionalismo da parte do corpo de estudantes, professores, técnicos, consultores, extensionistas e dirigentes que tenham por foco as famílias camponesas.

As imagens em abaixo apresentam a área do CVT do NEAF, localizado no Campus Jatobá da Regional Jataí da UFG. Estas imagens demonstram que a produção agroecológica transforma a terra contaminada por agrotóxico em um solo rico, fértil e vivo.





REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília: MDA, 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21

de junho de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan. 2010. Disponível em:
<portal.mda.gov.br/o/6421940> Acesso em: 11 nov. 2016

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER). **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER**. Brasília: 2005. 19 p. Disponível em:
http://www.cpac.embrapa.br/publico/usuarios/uploads/nap/orientacoes/09_md_a_programa_nacional_de_assistencia_tecnica_e_extensao_rural.pdf Acesso em 22 fev. 2019

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 20 dez 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. **Resolução n. 7**, de 18 de dezembro de 2018. Resolução CNE/CES 7/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, pp. 49 e 50. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192 Acesso em 22 fev. 2019.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Superando a Revolução Verde: a transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul**, Brasil. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA, 2004. p. 121-137.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/ESAN- Nº 36/2007**. Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos de Extensão Tecnológica Inovadora para Agricultura Familiar, Brasília: 2007. Disponível em:
< http://www.cnpq.br/editais/ct/2007/docs/036_2007.pdf > Acesso em 04 ago. 2007

DIAS, Marcelo Miná. **Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de Ates”**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004.

DINIZ, Raphael Fernando. **Diálogo de saberes ou monólogo do conhecimento? Ação extensionista e políticas de desenvolvimento rural no Vale do Jequitinhonha mineiro**. 2018. 489 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade

de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Santa Catarina: Imprensa Universitária (UFSC), 2012. 68 p. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf> Acesso em 12 fev. 2019.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. 8. ed. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983[1969].

MOURA, Iracema Ferreira de. **Antecedentes e Aspectos Fundantes da Agroecologia e da Produção Orgânica na Agenda das Políticas Públicas no Brasil**. In: A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Orgs. Regina Helena Rosa Sambuichi et al. Brasília: Ipea, 2017. 463 p. Disponível em: https://www.agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2017/09/144174_politica-nacional_WEB.pdf Acesso em 22 fev. 2019

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007. 184 p.

PAULA, João Antônio de. **A extensão universitária: história, conceito e propostas**. Interfaces - Revista de Extensão, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul/nov 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930> Acesso em: 18 dez 2019.

SHANIN, Theodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Revista NERA: Presidente Prudente, ano 8, n. 7, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/rev07.php> Acesso em 24 out. 2010.

Contato com o autor: Mariza Souza Dias <marizasd@gmail.com>

Recebido em: 15/04/2020

Aprovado em: 10/08/2020